

From : IBRACE

PHONE No. : 0055 062 2121738

Nov. 14 1995 10:11AM P01

CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR nº 08
Alfabetização de Adultos
2ª Edição
Editora Vozes

... como se faz, e o que se pensa atuar-
...
Inclusão

AEF

O OUTRO DO OUTRO.
ALGUMAS ANOTAÇÕES
SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS *

PEDRO BENJAMIM GARCIA

O saber ler serve para abrir os olhos da gente não apenas para aprender a palavra do mundo dos outros, mas também do mundo da gente.

De um alfabetizando.

A prática é o grande teste de um discurso democrático. Explico. Nunca vi uma prática igualitária, aberta e democrática revestida de um discurso autoritário. Mas já assisti a muito discurso democrático revestido de prática autoritária. É a prática o grande teste de coerência de um discurso democrático. Em si mesmos, os discursos podem se equivaler, mas é a prática que vai apontar a fratura de um e a integridade do outro. E esta integridade não é fácil de conseguir numa sociedade hierarquizada, onde a difusão de saberes se dá, fundamentalmente, de cima para baixo. É mesmo um desafio numa relação tão desigual quanto a do analfabeto com o seu professor. Neste caso, há uma radicalização, entre *quem sabe* e *quem não sabe*, onde o lugar de chegada (saber ler, escrever e adquirir conhecimentos básicos de matemática) já está dado. E adianta pouco matizar esta distância pela diferenciação de saberes, pois o saber que está em jogo no curso pertence a quem o domina, o professor. Além disso, a diferença entre alfabetizador/alfabetizando não pode ser quebrada por um ato de vontade de uma ou de ambas as partes, já que o poder socialmente conferido ao professor é dado pelo seu saber, que é buscado pelos alunos. Esta é uma condição inerente ao aprendizado.

* Estas anotações sobre alfabetização de adultos foram feitas a partir de assessorias, encontros, seminários e, principalmente, da prática direta como alfabetizador na Escola Senador Corrêa durante ano e meio. Neste texto busquei dar unidade a pontos que foram levantados, debatidos e vividos nas atividades acima assinaladas. Aida Bezerra, que comigo tem trabalhado, no NOVA e fora dele, em alfabetização de adultos, me ajudou nesta tarefa. Rubem César Fernandes apontou caminhos antropológicos ao primeiro rascunho que li. A ambos devo melhorias significativas que, em absoluto, os responsabiliza pela autoria destas anotações.

Portanto, não se trata de anulá-la, mas de trabalhar com ela num nível de relacionamento que possa resultar num aprendizado (embora diferenciado) também para o professor. Para que isto seja possível é necessário quebrar os estereótipos que caracterizam a relação professor/aluno. Desafio que encontra obstáculos tanto do lado do aluno quanto do lado do professor. Do lado do professor, sua tentativa de quebrar o modelo tradicional pode descambar em impotência. Isto ocorre quando confunde o ato de ensinar com autoritarismo, deixando o curso "solto". Não testa o que foi ensinado, não corrige os erros, enfim, não cria uma dinâmica de busca comum de conhecimento. O aluno, por outro lado, já tem o seu modelo de "escola de verdade". Nela se exige um livro, que contém o conhecimento, provas que devem corresponder ao que dizem o livro e o professor, notas de rendimento e disciplina rígida.

Este o quadro desalentador de um primeiro encontro. Mas as expectativas mudam no decorrer do processo de aprendizagem. Se no início é difícil romper os estereótipos das situações escolares, é possível, dependendo da dinâmica que se instaure dentro e fora de sala de aula, que novas relações professor/aluno se estabeleçam. Estas novas relações são buscadas dentro da proposta do político atravessar o educativo. O que significa concebê-los (político/educativo) num único processo e não em formas dissociadas e paralelas. É dentro desta perspectiva que nos perguntamos: como poderão ser estas novas relações? Buscamos que elas fossem entre iguais, pois só assim os alunos podem orientar o curso que lhes é ministrado.

O desafio, no caso, consiste em reverter os termos de poder que o conhecimento, socialmente legitimado, confere ao professor.

Mas é a partir daí, reconhecida esta dificuldade, que temos que nos aproximar do analfabeto. E esta aproximação pode se iniciar buscando o que o outro sabe, valorizando o seu conhecimento. Temos que buscar quebrar a distância entre o alfabetizador e o alfabetizando reforçando o saber socialmente desvalorizado. E esta postura não pode ser complacente. Se for é mais honesto partir da insuficiência do outro e tentar corrigi-la de forma competente. Não sendo, é necessário tomar o referencial do outro como elemento básico para a sua aprendizagem, o que nos permite o acesso a um universo que conhecemos pouco. Mas ao fazer esta opção, não podemos cair numa postura voltada, exclusivamente, para o que é codificado como popular: carnaval, carne-de-sol, literatura de cordel, etc., excluindo qualquer outra manifestação que não pertença a este rol.

Numa sala de aula nos deparamos com pessoas de gostos e hábitos diferenciados. E isto vai se manifestando, em vários momentos, durante todo o curso. A nível de aprendizado, tendo utilizado o texto "Só a gente que vive é que sabe" (*Cadernos de Educação Popular*/4.

Vozes/NOVA, Petrópolis, 1984), história de vida de uma doméstica para um curso com 80% de domésticas, obteve reações diversas. Uma aluna disse que aquela narrativa nada acrescentava ao que ela já conhecia. Outra se identificou com a história narrada, gostando de sua aplicação em classe (que servia, também, para debater as questões suscitadas pelo texto). Acerca de manifestações culturais, lembro-me que a ida de um cantador nordestino ao curso provocou reações ambíguas, ambigüidade que também é nossa: participamos de valores culturais de classe média e tendemos a valorizar elementos culturais populares — temos um pé em cada universo... por que pretender do outro uma coerência que não é nossa?

Ainda na linha de tomar o referencial do alfabetizando como elemento básico para a sua aprendizagem, temos o exemplo de histórias que eles gravam e são transformadas em textos para uso em sala de aula. Neste caso está se colocando em evidência o próprio universo do aluno e não algo que lhe é estranho e desconhecido. A valorização do conhecimento do alfabetizando vale como um procedimento inicial. Não se sugere que se fique aí, mesmo porque o aluno quer e tem curiosidade e necessidade de aprender o que desconhece. Esta prática preliminar de aproximação, que valoriza o outro, se justifica pelo conceito que o analfabeto tem de si mesmo. Em geral se julga incapaz de aprender. É como se dissesse a si mesmo: já que não aprendi até agora, não vou aprender mais. A prática sugerida é uma, entre outras, forma de tentar vencer este sentimento de impotência. O aspecto lúdico é outro a ser explorado. Constatamos que o trabalho com jornal, recortando e refazendo notícias, é uma atividade que descontraí o grupo, promovendo a participação mais espontânea dos alunos entre si e com o professor. Além disso, esta atividade quebra a aura do impresso, permitindo aos alunos criar notícias e debatê-las em classe.

Segundo um professor de matemática: "Foi fácil ensinar dezena, centena, milhar, quando eles associaram com o jogo do bicho... ah! então é isso? Foi uma descoberta".

O lúdico na aprendizagem cria uma descontração que permite ao alfabetizando minimizar a vergonha que sente pelo erro e o induz a "arriscar" ir além do que já sabe.

A questão de como trabalhar o "erro sem culpa" é de fundamental importância para o avanço da aprendizagem. É muito revelador observar situações em que a ignorância não é culpabilizada. Um advogado poderia ensinar, sem constrangimento, a um mecânico, determinadas leis jurídicas; de forma análoga, este mecânico poderia ensinar ao advogado o funcionamento do motor do seu carro. Em ambos os casos a ignorância seria considerada "natural". Já na alfabetização de adultos não, a ignorância do adulto é tida como uma

"anomalia", inclusive pelo analfabeto. Ele desconhece algo que deveria conhecer, algo que é básico em nossa sociedade, e se sente muito diminuído.

O saber ler, escrever e contar é considerado um saber básico numa sociedade letrada. É a partir daí que se inicia uma escalada ascendente aos vários graus de escolarização. Quem não tem este básico está fora da sociedade letrada. Donde o escândalo de um desconhecimento que se constitui uma negação à sociedade que tem sua base neste patamar. Talvez seja esta uma das razões da desqualificação atribuída ao analfabeto, considerado como incapaz. Incapacidade que ele incorpora com sentimento de culpa.

Seria importante criar um clima em que a ignorância do analfabeto não fosse "culpabilizada". Pensamos que o lúdico cria uma atmosfera que desmistifica a imagem onipotente do professor, possibilitando uma relação mais fácil entre os parceiros deste jogo de ensino/aprendizagem. Mas nem tudo pode ser lúdico. Pelo contrário, o lúdico ocupa poucos momentos de todo um processo penoso (porque complexo) de aquisição de conhecimento. Além disso, a instauração do lúdico, em vários momentos, pode beirar à infantilização do aluno. E quando isto sucede, ele recusa os recursos de aprendizagem que lhe são propostos.

UMA PALAVRA SOBRE O MÉTODO

Antes de continuar este texto é conveniente fazer uma pausa para tecer algumas considerações acerca de uma questão que já terá se colocado quem o lê: e o método? Em alfabetização é difícil escapar a esta pergunta. Principalmente para quem está se iniciando como alfabetizador, o método aparece como a chave de todos os problemas. Um bom método pareceria ser o caminho mais curto para o êxito em alfabetizar. Nem sempre se leva em conta que o método está umbilicalmente ligado à proposta que se tem como alfabetizador: o que se quer privilegiar neste processo? Eis a questão. O método deveria decorrer desta resposta.

Mas o que geralmente ocorre é se eleger o método como um guia todo-poderoso. Se algo não dá certo é porque houve má aplicação do método ou o método necessita alguma reformulação. Culpa-se sempre o método sem nenhum questionamento à proposta de trabalho. O resultado é que se fica constantemente andando em círculos. Concebo o método como um instrumental da prática educativa, e não como uma receita mágica que, quanto mais fielmente for seguida, melhor resultados dará. Tê-lo como receita equivale a não levar em conta as situações diversas e particulares com as quais se depara o

alfabetizador. Nenhum procedimento educativo pode ser aplicado de forma mecânica impunemente. Se isto for feito se terá, além do fracasso da experiência, uma autocastração que impedirá uma reflexão crítica, já que o alfabetizador se submete a regras que não são postas em questão nem são remanejadas de acordo com as situações às quais se depara.

O que nos propusemos, como alfabetizadores, foi tentar partir de uma prática que priorizasse o universo do outro, do aluno. O método surgindo de uma experimentação. Neste sentido, a sistematização de uma experiência, ao longo do tempo, é que poderá apontar alguns procedimentos para propostas de trabalho que sejam similares. Método não é mais do que isto.

Vamos dar um exemplo. Ao sugerir que os alunos pudessem escolher as palavras que queriam aprender, nos propusemos a uma forma de ensino/aprendizagem que não levava em conta a ordenação usual, gradativa e sistemática, do mais simples ao mais complexo (já que a escolha do analfabeto não contempla esta ordenação de dificuldade). Procedendo desta forma, buscamos responder à questão: em que medida os alfabetizandos podem intervir no seu próprio processo de aprendizagem? Na prática, este procedimento permitiu aos alunos um nível de iniciativa em seu aprendizado. O que é fundamental para quem se propõe que o político atravesse o educativo. Não se trata mais de somente o professor ditar o universo de palavras e questões que serão abordadas no curso, mas do aluno também deter em suas mãos este procedimento. Atuando desta forma, constatamos que o desejo de aprender determinadas palavras mobiliza os alfabetizandos, fazendo-os superar a complexidade que, porventura, esta escolha imponha. Isto não significa que o aprendizado seja aleatório e fora do controle do professor. Ele tem a visão do conhecimento específico a ser adquirido pelo aluno e, no desenvolvimento do curso, preencherá os claros deixados por esta forma de encaminhamento.

Outro dado a ser levado em conta é que pouco se conhece acerca do adulto analfabeto. Assim, aquilo que para nós é o mais complexo — em geral baseado em pesquisas com crianças — não o é, necessariamente, para o alfabetizando adulto. Não se pode esquecer que este adulto, que desconhece ou tem um conhecimento precário da leitura, da escrita e de elementos básicos de matemática, domina outras linguagens (mais ou menos) complexas.

Um dos motivos que nos levou a optar para que o aluno escolhesse as palavras que gostaria de aprender foi a constatação de que, rejeitando a sua profissão, o aluno rejeitava as palavras a ela referidas. As experiências que tivemos com domésticas, utilizando palavras como *panela*, e outras similares, sempre foram negativas. O mes

... negativo sobre um grupo, que alfabetizava operários da construção civil, com a palavra *tijolo* e outras análogas.

Por outro lado, se são os alunos que escolhem, as palavras são outras: be-o, namorado, Copacabana, etc., tidas como de "baixa produtividade". E elas nos permitem conhecer melhor o universo deles. Se a idéia ao se induzir o aluno a aprender palavras como *panela* e *tijolo*, era a incursão pelo político direcionado para as relações de produção, o mesmo não ocorrerá com as palavras escolhidas pelos alunos. No caso da palavra *Copacabana*, por exemplo, ocorreu um fato curioso. O professor pediu uma frase com esta palavra e um dos alunos ditou: *Copacabana é bela*. O professor tentou demover o aluno desta afirmativa, citando elementos negativos na vida deste bairro: violência, poluição, sujeira, etc. Como o aluno não se convencesse, ele propôs colocar um ponto de interrogação no final da frase, com que o aluno concordou. E a aula prosseguiu. Quase na hora da saída o aluno pediu para o professor tirar o ponto de interrogação. O que chama a atenção, neste caso, é que a relação entre professor e aluno permitiu uma troca de pontos de vista diferentes no decorrer da aula, e, principalmente, a possibilidade do aluno conseguir manter o seu posicionamento. Esta prática fundamenta e ilumina uma postura política mais do que qualquer discurso. O que não significa que devemos limitar o nosso discurso, nos proibindo de falar disto ou daquilo, criando temas tabus. As relações de trabalho serão faladas se o curso apresentar oportunidades para isto, assim como temas como futebol, eleições, etc. Sendo que esta oportunidade poderá ser criada pelo professor ou pelos alunos. Da mesma forma, o comparecimento de um sindicalista num curso para operários, ou da Presidente da Associação das Empregadas Domésticas, num curso com domésticas, é prática que pode ocorrer, desde que não se tenha o intuito explícito de levar os alunos a se sindicalizarem ou pertencerem a uma associação. A regra, em todos os casos, é não ter regra. O imprevisto é que nos possibilita criar e sermos inventivos. E ao tentar criar, erramos e acertamos, condição necessária a qualquer aprendizagem.

SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a grande diferença, entre professor e aluno, no plano do conhecimento, é possível estabelecer uma relação entre iguais? Estabelecidas estas relações pode também o professor aprender com o aluno? Em que termos e até onde isto é possível?

Este texto buscou explorar estas questões. A proposta do "político atravessar o educativo" não é um meio termo de um debate, que nos parece estéril, entre "instrumentalização" versus "conscientização".

Esta polarização pressuporia um grupo despreocupado em alfabetizar porque apenas o político, tal como ele o entende, é fundamental, e outro apenas em "instrumentalizar", porque este seria o objetivo único de um curso de alfabetização de adultos.

Uma instituição que produz analfabetos, e isto ocorre em grande parte com as nossas escolas, é incompetente e politicamente nefasta. Um curso que só pensa em "conscientizar", além de frustrar os alunos que buscam aprender, se coloca numa postura autoritária e auto-suficiente de deter o conhecimento político, corroborando a insuficiência que sempre foi atribuída aos analfabetos, a quem só em 1985 o Estado "concede" a possibilidade de eleger seus governantes. Além disso, este grupo está reforçando uma concepção dicotômica entre o político e o educativo. Dicotomia que se reflete na sala de aula, quando o professor fala sobre os mecanismos de opressão da sociedade capitalista, e temas análogos, passando depois a ensinar os alunos, de forma tradicional, a ler, a escrever e a fazer as primeiras contas. Os resultados desta prática costumam ser negativos. Isto porque o professor, mais preocupado com o que entende por politizar, relega para segundo plano o aprendizado, enquanto os alunos mais interessados em aprender o que buscaram no curso se aborrecem com as explicações do professor, o que acaba sendo frustrante para ambos os lados.

A concretização do político no próprio processo educativo é tarefa difícil. Cabe, num primeiro momento, fazer o reconhecimento das diferenças entre o alfabetizador e o alfabetizando. Em alguns casos os próprios alfabetizados se encarregam disto. Um membro de uma equipe que trabalhava com empregadas domésticas, numa favela do Rio de Janeiro, me contou o que segue. Durante muito tempo sua equipe incitou as domésticas contra as patroas, mas não sentiram, por parte das alunas, nenhuma receptividade. Um dia resolveram questioná-las e a resposta não se fez esperar: "...mas as patroas são as mães de vocês". A diferença se fizera evidente na resposta do outro.

Mas esta resposta nem sempre se explicita. O mais usual é os alfabetizados encararem com desconfiança este discurso estranho ao aprendizado sem se manifestarem.

No exemplo citado, temos professores de classe média (que é o mais usual) se relacionando com empregadas domésticas. Há casos, no entanto, em que os alfabetizadores têm a mesma extração social dos alfabetizados. São os chamados "agentes internos", assim denominados por morarem no mesmo local onde se realiza o curso de alfabetização de adultos. Nas favelas do Rio de Janeiro existe este tipo de educador, que se diferencia do "agente externo", alfabetizador de classe média que vem do "asfalto". Poderíamos imaginar que a igualdade de condições sociais facilitaria uma relação mais igualitária.

ria entre professor e aluno. Mas isto nem sempre ocorre, havendo casos de "agentes internos" extremamente autoritários.

Buscando situar o adulto analfabeto, na atual sociedade brasileira, percebo que ele sofre dois tipos de pressão: de um lado o mercado de trabalho que, estreitando-se cada vez mais, exige maior qualificação do trabalhador; de outro, a necessidade de orientação numa grande cidade que se torna cada vez mais sofisticada e complexa. Mesmo em relação ao campesinato, a alfabetização se torna importante face a novas necessidades impostas pela expansão do capitalismo. O mesmo ocorrendo com os indígenas, para quem o conhecimento da língua do branco se torna necessário em função da luta que estabelece por sua preservação.

A alfabetização de adultos, no entanto, não reside apenas em capacitar pessoas para uma melhor orientação espacial ou como suporte de luta contra as condições adversas que enfrentam. Também nos perguntamos o que significaria, para os indivíduos analfabetos, o seu ingresso na cultura letrada. Segundo o depoimento de um aluno, o saber ler serve para "abrir os olhos da gente não apenas para aprender a palavra do mundo dos outros, mas também do mundo da gente". E este "mundo da gente" é a expressão de uma cultura que pode se desvelar também pelo pensamento escrito, por um verso ou uma letra de música. Aí se insere todo um debate sobre o significado político aberto por um processo de alfabetização que privilegia a ampliação do espaço de expressão e criatividade dos alfabetizando. A ampliação deste espaço reforça a auto-estima deste adulto que carrega o estigma de ser analfabeto, estigma que o faz fugir desta identificação. Lembro-me de um curso que concedia carteira de estudante a seus alunos, o que lhes permitia pagar meia entrada nos cinemas (em 1980), mas poucos a requeriam porque na carteira constava se tratar de alfabetização.

A vergonha que os adultos analfabetos sentem de sua condição de letrados se associa a suas profissões subalternas. Este é o caso específico das empregadas domésticas. Raras admitem permanecer neste tipo de atividade, algumas dizem claramente que buscam alfabetizar-se para ter uma outra profissão. Uma delas justificou não ter carteira assinada para não "sujar sua carteira de trabalho".

O analfabeto é pressionado, negativamente, em todos os aspectos de sua vida social, o que vai repercutir no seu aprendizado. Julgando-se incapaz de aprender, cria bloqueios que não são fáceis de superar. Partindo desta constatação, buscamos criar um clima que, da vergonha do não saber se chegasse à curiosidade do conhecer. E isto foi possível, em alguma medida, no momento em que privilegiamos o universo do outro. O que significou abrir um espaço para que o alfabetizando pudesse exercer o seu poder no encaminhamento das deci-

sões acerca do curso e do ensino que lhe era ministrado. Na prática esta proposta exigiu um esforço, tanto dos professores quanto dos alunos, no sentido de quebrar os estereótipos que ambas as partes têm, de si e do outro. É difícil encontrar o ponto de equilíbrio em relações que se pretende sejam entre iguais. Não só por causa da diferença básica a nível de conhecimento, mas por esta diferença se explicitar no interior de uma instituição hierarquizada.

Tendo vivido intensamente esta dificuldade, fomos buscando pistas para o nosso aprendizado e nos fazendo perguntas, tais como: é possível trabalhar o "erro sem culpa"? Ao conseguir formular perguntas que nos colocava a prática, conseguimos alguns ganhos naquilo que pretendíamos com a nossa proposta.

O lúdico nos permitiu um contato menos tenso com os alunos, nos possibilitando trabalhar de forma descontraída no preenchimento de fórmulas de telegrama, de envelopes para correspondência, de cheques, de formulários para remessa de dinheiro para outros estados do país. Isto motivava bastante os alunos porque se tratava de situações que um dia enfrentariam.

A escolha das palavras a serem trabalhadas em classe, pelos próprios alunos, teve várias implicações:

- a) significou a interferência do alfabetizando no seu processo de aprendizagem;
- b) nos fez buscar novas formas de ensino a partir das opções dos alunos;
- c) nos possibilitou verificar que o desejo de aprender determinadas palavras possibilita ao adulto analfabeto ter mais facilidade em aprendê-las;
- d) nos permitiu perceber que as dificuldades dos alfabetizandos não seguem uma padronização do mais simples ao mais complexo, numa ordem linear e progressiva;
- e) propiciou um debate sobre as relações de poder na sociedade, partindo do ponto de vista dos adultos analfabetos. Assim, da palavra *domo* falamos de posse, de *casamento*, falamos da relação homem/mulher etc.

Para que esta proposta educativa seja possível, é necessário abrir um espaço onde os alunos possam expor, abertamente, suas idéias. Onde também o professor possa colocar seus pontos de vista sem que prevaleça a sua autoridade. Enfim, um espaço onde a dinâmica do jogo do debate possa ser um campo de reflexão para todos. Isto não é fácil. Principalmente num curso de alfabetização de adultos, onde a relação professor/aluno é bastante desigual. Por esta razão,

este espaço aberto não é um ponto de partida, mas um ponto de chegada de todo um processo ao longo do curso. Algo que aos poucos vai se construindo, com conquistas e retrocessos.

Uma última colocação. É interessante observar que, em certos casos, o que leva alguns alunos a um curso de alfabetização não é principalmente a aprendizagem, mas as relações afetivas que buscam estabelecer. Em função disto, alguns repetem o curso sem necessidade, enquanto outros se limitam a assistir às aulas, como se o estar ali se justificasse sem outro objetivo que o de participar num ritual que lhes resulta agradável.

Por tudo quanto foi dito, pensamos que um curso de alfabetização de adultos não se constitui apenas de um aprendizado específico. Nela o alfabetizando pode se soltar, desinibindo a palavra, tentando registrar o que pensa, trocando com seus colegas os problemas do dia-a-dia, constituindo novas amizades. Além disso é um lugar que pode ser seu, longe do local de trabalho onde — certamente, por sua condição, incluindo a de analfabeto — é desvalorizado.